

SÉRIE HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO NO ENEM DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Eliana Nunes Estrela ¹
Ana Gardennya Linard Sírio Oliveira ²
Eloisa Maia Vidal ³

RESUMO

Este artigo busca investigar e compreender em que medida as iniciativas realizadas pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará impactam no acesso dos jovens estudantes da escola pública ao ensino superior. Para tanto, analisamos o ENEM como política de estado, contextualizando os fundamentos e princípios de sua criação e avaliamos os impactos das políticas implementadas pela Secretaria da Educação, em particular a iniciativa *ENEM Chego Junto Chego Bem*, nas dimensões sociais, econômicas e profissionais dos indivíduos e da família. Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, foi possível constatar, a partir de análises prévias, que as iniciativas em torno do novo Enem são de fundamental importância para auxiliar o jovem de escola pública a ter a possibilidade de acesso e permanência no ensino superior. Além disso, constatou-se que a pandemia do novo coronavírus, que impediu a realização de diversas dessas ações, evidenciou ainda mais as desigualdades entre os estudantes, como se pode comprovar pelo alto índice de desistência no ENEM aplicado em 2020. Demonstra-se, assim, a importância do desenvolvimento destas iniciativas por parte das Secretarias da Educação, de forma a assegurar tanto o ingresso quanto a permanência destes estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: ENEM, Políticas Públicas, ENEM Chego Junto Chego Bem, Ensino Público Estadual.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada busca responder a uma questão crucial: como uma política educacional dirigida às escolas da rede pública impacta o acesso de jovens do ensino médio ao ensino superior? Como podemos detectar a educação como estratégia de mobilidade social? Para tanto, analisaremos de que forma a participação dos alunos da rede pública no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi impactada por ações realizadas pela Secretaria

¹ Pedagoga e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Desde janeiro de 2019 é Secretária da Educação do Estado do Ceará. E-mail: elianacrato@gmail.com

² Professora de Física da rede estadual e doutoranda em Políticas Educacionais na Universidade Estadual do Ceará. E-mail: gardennya@prof.ce.gov.br

³ Doutora em educação. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, é professora associada da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: eloisamvidal@yahoo.com.br



da Educação do Estado do Ceará, focando, principalmente, na iniciativa *ENEM Chego Junto Chego Bem* (CEARÁ, 2021).

O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o aprendizado dos alunos de Ensino Médio e, assim, auxiliar na elaboração de políticas para a melhoria do ensino. Ao longo desses 23 anos, o exame mudou bastante, tendo como principal vantagem a unificação dos vestibulares em nosso país, favorecendo o uso de um mesmo currículo em todos os Estados e oportunizando o acesso dos estudantes ao ensino superior em universidades fora do seu município de residência, pois é aplicada a mesma avaliação para todos os Estados.

Em 2004, o Ministério da Educação instituiu o programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas para instituições privadas de ensino superior. A bolsa é concedida a partir dos resultados do ENEM e, ao mesmo tempo, o número de participantes vem aumentando anualmente. O exame é realizado em um dia e inclui 63 questões e dissertações de múltipla escolha. As disciplinas sensatas são português, matemática, geografia, história, biologia, física e química. A reescrita inclui 180 questões, que são divididas em quatro áreas além da escrita: Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências e Humanidades. O teste leva dois dias e o motivo dessa mudança foi a decisão de utilizar o ENEM como teste único de triagem para Universidades Públicas Federais.

O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), que implementa o ENEM há muitos anos, acredita que os alunos que concluem o Ensino Médio deveriam, obrigatoriamente, fazer o exame. Esta avaliação vem substituindo a Prova Brasil no Ensino Médio. Assim, não apenas os alunos, mas também as instituições de ensino são avaliadas. A inscrição no ENEM é voluntária e qualquer pessoa que atenda aos requisitos do edital pode participar.

O ENEM avalia as competências e aptidões esperadas ao final da educação básica com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e respectivos currículos nacionais e estaduais (Decreto nº 458, de 5 de maio de 2020). Pretende avaliar para continuar a receber educação e entrar no mercado de trabalho, criar referências nacionais para melhorar os currículos do Ensino Médio e usar os exames como a única alternativa ou forma complementar de obter o ensino superior, especialmente instituições públicas de ensino, para obter financiamento do governo ou programas de financiamento para alunos do ensino superior, optar por ingressar em diversas áreas do mundo do trabalho e desenvolver planos de pesquisas e indicadores relacionados ao sistema educacional brasileiro.

O Inep é responsável pelo planejamento e implantação do ENEM, além de promover a avaliação contínua do processo por meio da coordenação contínua entre os funcionários do Inep, avaliadores da educação e instituições de ensino superior.

No Ceará, a Secretaria da Educação tem promovido uma agenda com foco no ENEM. Desde 2012, o ENEM tem sido pauta constante nas políticas da SEDUC e, a partir dessa compreensão, criou-se a iniciativa *ENEM Chego Junto Chego Bem* que, com o passar dos anos, tem se incorporado fortemente na rotina de atividades das escolas por ela servidas.

Após a unificação do ENEM como seleção, iniciaram na sequência uma série de ações para apoiar os estudantes das escolas públicas cearenses nesse momento de preparação para o acesso ao ensino superior. O *ENEM Chego Junto Chego Bem* (CEARÁ, 2021) é uma ação desenvolvida desde 2012 pela SEDUC, com a finalidade de mobilizar e preparar os estudantes da 3ª série do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o Exame. Além do fortalecimento da aprendizagem diária em sala de aula com os professores e gestores, a SEDUC oferta esta iniciativa, promovendo diversas atividades ao longo do ano. A ação é realizada em sete etapas, que são: Documentação, Isenção da Taxa, Inscrição, Motivação, Preparação, #Enemvou2dias e Ingresso.

Anualmente, nas regionais do Estado, o apoio inicia com a documentação para a inscrição dos estudantes, onde as escolas estaduais mobilizam as famílias para assegurar a obtenção do RG e CPF dos estudantes da 3ª série para inscrição e realização das provas. São investidos aproximadamente R\$10 milhões para fomentar todas essas ações de mobilização, preparação e apoio para o momento do ENEM.

Toda mobilização e investimento teve uma contribuição histórica para o Estado, conforme mostra um estudo feito pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) em março de 2021 que comprova que, em 10 anos, o crescimento no número de cearenses graduados foi de 122,6%, passando de 352.253 para 784 mil. O estudo indicou ainda uma ampliação no quantitativo de docentes que conquistaram títulos de mestres e doutores. A análise da Secitece revelou aumento significativo no número de matrículas em cursos de graduação, especialmente no interior do Estado. De 2008 a 2019, houve um crescimento de 176,2% de pessoas matriculadas, passando de 35.252 para 97.360.

O acesso ao ensino superior por estudantes de famílias economicamente vulneráveis no Estado reforça a educação como um instrumento de mobilidade social e como uma ferramenta de ascensão econômica para os que mais precisam, como foi defendido por Paulo



Freire (1999) em seu livro “Educação como prática da Liberdade” e por Amartya Sen (2010) na obra “Desenvolvimento como Liberdade”.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa aqui apresentada é investigar de que forma as iniciativas da SEDUC em torno do Novo ENEM ampliaram o acesso do jovem da escola

pública estadual no ensino superior, além de buscar descrever o ENEM como política de Estado, contextualizando os fundamentos e princípios de sua criação; mapear as iniciativas desenvolvidas pela SEDUC em torno do Novo ENEM (2009 – 2010) para os estudantes das escolas públicas; investigar aspectos relacionados ao acesso ao ensino superior por parte dos estudantes das escolas públicas cearenses e as políticas de assistência social implementadas para assegurar a permanência e avaliar os impactos das políticas implementadas pela Seduc nas dimensões sociais, econômicas e profissionais dos indivíduos e famílias. Para alcançar estes objetivos, utilizaremos uma abordagem quali-quantitativa, que será explicitada na próxima seção.

Por fim, defendemos a relevância de nosso objeto de pesquisa, relevância esta que também é reconhecida pelos profissionais da educação básica e do ensino superior. Neste, vem surgindo nos últimos anos uma série de estratégias para a permanência desses alunos, como, por exemplo, a residência universitária, o auxílio universitário, as bolsas de permanência e de iniciação acadêmica. Todas essas iniciativas surgiram para evitar o abandono e a evasão de alunos nos primeiros semestres da graduação, fortalecendo, assim, o vínculo desses alunos com seus pares e professores na universidade.

METODOLOGIA

O desenvolvimento dos processos metodológicos dessa pesquisa será com abordagem mista, ou seja, quali-quantitativa, dividida em duas fases. Na primeira fase, faremos a análise quantitativa dos dados cedidos pelas bases da Secretaria da Educação, mediante a série histórica dos últimos 10 anos (2010 a 2020) com os enfoques mencionados nos objetivos específicos.

Daremos enfoque de investigação e acompanhamento, que serão feitos com a tabulação de dados educacionais. A análise será de forma categorial-temática, constituída de cinco etapas: 1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 – Interpretação.

A segunda fase acontecerá com uma Pesquisa de Campo para análise qualitativa dos dados envolvidos na primeira fase, envolvendo 9 entrevistas com 3 gerações de estudantes que concluíram o ensino superior e que ingressaram via Sisu, Prouni e Fies, egressos da escola pública, visando coletar elementos de natureza subjetiva sobre mobilidade social, impacto na família após o ingresso na universidade, dentre outros.

Podemos destacar que o acompanhamento do desenvolvimento desta pesquisa acontecerá de forma conceitual e metodológica. Serão escolhidos três grupos de alunos, em regiões diferentes do Estado, com perfis dos sujeitos de acordo com o histórico do aluno durante a educação básica, para conseguir abranger uma compreensão do impacto das políticas educacionais de apoio ao acesso dos alunos da educação básica no ensino superior.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova para admissão ao ensino superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1998, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, inicialmente para avaliar a qualidade do Ensino Médio no país. A primeira edição do ENEM contou com 63 questões e foi aplicada em um único dia, com quatro horas de duração. Seu resultado só passou a servir para o acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras em 2004, após a sanção da lei do Programa Universidade para Todos (ProUni), e mais tarde em janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), tendo sido desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) durante o governo do ex-presidente Lula, para se inscreverem em instituições de Ensino Superior públicas.

Desde a sua criação em 1998, o ENEM segue o princípio da avaliação anual da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio do país, a fim de auxiliar o Ministério na formulação de medidas estruturais específicas para melhorar a educação do Brasil por meio do Parâmetro Curricular Nacional (PCN). A partir deste momento, escolas e secretarias promovem mudanças conforme a necessidade, conforme evidenciado pela sobreposição de dados e pesquisas nos resultados do Enem. Esta é a primeira iniciativa em grande escala para avaliar todo o sistema educacional do Brasil. Desde o seu início, também afetou as mudanças no curso médio.



Em 2009, o ENEM introduziu um novo modelo de exame e propôs a padronização do vestibular para as universidades federais brasileiras. Portanto, um novo desafio foi iniciado. Em um teste de dois dias, 180 questões objetivas e questões de desenvolvimento usando a teoria de perguntas e respostas (TRI) estão incluídas na formulação do exame, que permite comparar os resultados obtidos em diferentes versões de exames, e até mesmo usá-los para o ensino superior.

Quando houve esse fortalecimento a nível nacional do novo ENEM, o estado do Ceará, tendo a educação como prioridade e política de investimento, iniciou o planejamento de ações específicas para apoiar os estudantes de sua rede. Cronologicamente falando, acerca das políticas de apoio ao acesso à educação superior, tivemos inicialmente o FIES em 2001, em seguida o PROUNI em 2005 e o REUNI em 2009 e Lei das Cotas com SISU em 2012. A institucionalização nacional do ENEM mudou as matrizes norteadoras na elaboração de questões que comporiam as provas do exame. Num primeiro momento, o exame tinha como único objetivo a avaliação do Ensino Médio, mas, a partir de 2007, passou a poder ser usado também para substituir, em parte ou na sua totalidade, as provas do processo seletivo nas Universidades cadastradas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC).

A Lei das Cotas Étnico-Raciais e Sociais dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e Institutos Federais. De acordo com o primeiro artigo da referida lei:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Devido à Lei de Cotas (Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012) do total de vagas oferecidas por curso e turno, 50% são destinadas a estudantes que realizaram o Ensino Médio em escolas de ensino público brasileiro. Assim, do total de vagas oferecidas por curso e turno, 50% são destinadas a candidatos que tenham realizado o Ensino Médio em escolas públicas brasileiras e tenham feito o Exame Nacional do Ensino Médio do ano vigente.



O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) é, atualmente, o principal processo seletivo do país para a entrada em instituições públicas de ensino superior. Há também vagas reservadas para estudantes cotistas, mas os critérios não são iguais para todos os inscritos. Antes de entender sobre as cotas, é necessário que o estudante saiba quais são as instituições participantes do SiSU, já que cada uma utiliza um critério diferente. As cotas foram criadas para, principalmente, contribuir com a inclusão de estudantes de escolas públicas e de baixa renda no ensino superior, uma vez que muitos deles pertencem a grupos sociais que recebem menos oportunidades, como negros, indígenas e quilombolas. Também é comum cotas para pessoas com deficiência.

O SISU é uma iniciativa do Governo Federal e, por meio de uma plataforma on-line do Ministério da Educação (MEC), seleciona estudantes que fizeram as provas da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para ingresso nos cursos superiores. É importante ressaltar que, mesmo o SiSU sendo uma iniciativa federal, algumas instituições estaduais e uma municipal também decidiram aderir ao programa para selecionar seus estudantes. No SiSU, o aluno deve escolher em qual modalidade pretende concorrer no momento em que for fazer a inscrição.

O próprio sistema separa as vagas por modalidade de concorrência e explica quem pode concorrer em cada modalidade. As instituições, geralmente, também possuem páginas em seus sites que explicam com detalhes como funciona sua política de ações afirmativas. Existem três modalidades de cotas pelo Sisu, são elas: Cotas para alunos de escola pública, alunos de escola pública e baixa renda e para alunos de escola pública e ações afirmativas. O candidato concorre com outras pessoas inscritas na mesma categoria. Por isso, concorrer por cotas não significa necessariamente que o estudante conseguirá a vaga mais facilmente, uma vez que o resultado dependerá da quantidade de pessoas inscritas em cada curso. Da reserva de vagas, metade fica destinada aos estudantes que possuem renda familiar bruta mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio. As demais vagas independem da renda. Dentro de cada um dos dois grupos de renda, há uma porcentagem de vagas reservadas para autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência (PcD).

Além do Sisu, o Ministério da Educação (MEC) ainda oferece dois outros tipos de programas para ingresso no Ensino Superior, são eles: Programa Universidade Para Todos (Prouni), que seleciona estudantes com bolsas de estudo de 50% e 100% para universidades privadas e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que seleciona e realiza o financiamento das mensalidades para alunos de universidades privadas.

O Prouni (Programa Universidade Para Todos), publicado por meio da lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; Altera a lei Nº 10.891, De 9 De Julho De 2004, e tem como principais iniciativas que o programa está destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

As bolsas são destinadas para estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; portadores de deficiência, nos termos da lei e também a professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica (BRASIL, 2005).

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) surgiu como a primeira política de incentivo ao ingresso do ensino superior. Foi divulgado por meio da Lei Nº 10.260, de 12 de Julho de 2001. O fundo, que é de natureza contábil e vinculado ao Ministério da Educação, foi destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria. Assim, estudantes vulneráveis socialmente teriam essa possibilidade de ingressar no ensino superior, quitando a dívida somente após a conclusão do seu curso. O financiamento com recursos do Fies foi destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil, onde o próprio Ministério da Educação edita anualmente o regulamento para estabelecer os critérios de elegibilidade de cada modalidade do Fies.

Dentre os documentos oficiais utilizados nesta pesquisa, destacamos a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) como guias genéricos de objetivos e princípios. O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) também foi levado em conta, assim como o Plano Estadual de Educação (CEARÁ, 2016). A maior parte de nossas análises, contudo, se fundamenta em documentos mais detalhados, muitas vezes invisíveis ao olhar apressado dos tempos modernos, sendo alguns deles mais técnicos e outros voltados para a divulgação. Dentre tais documentos é importante destacar as portarias anuais do ENEM no Diário Oficial, as notas técnicas do ranking de escolas, a matriz de referência atual pelo INEP, o documento básico (BRASIL,

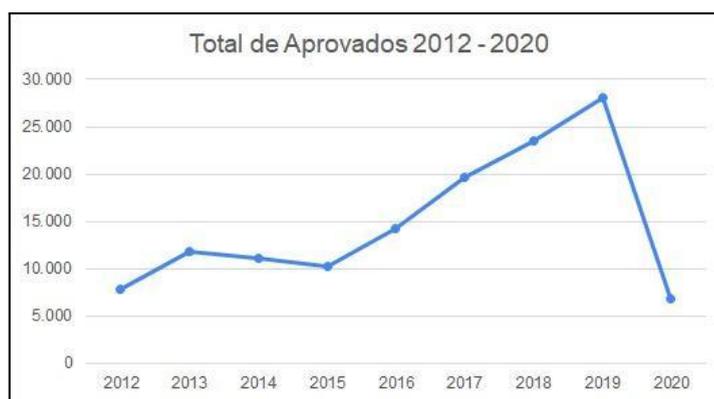
2002), a Base Nacional Comum Curricular, além de manuais para os candidatos e relatórios pedagógicos do exame.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora ainda não tenhamos dados concretos, por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, foi possível perceber, através de análises prévias, que através da iniciativa *ENEM Chego Junto Chego Bem*, milhares de estudantes da rede pública do Ceará puderam, nos últimos anos, ingressar em uma universidade, o que colaborou na promoção da melhoria da qualidade social, problemática esta que tem sido um dos focos de atuação da Secretaria da Educação.

Travitzki (2013) conclui em sua tese que 75% da nota da escola no ENEM é influenciada por fatores socioeconômicos. Estudos como estes são importantes para que possamos acompanhar os impactos na economia e na sociedade de uma política deste porte de dedicação e investimento de uma secretaria estadual. No estado do Ceará, com os investimentos desde o início do *ENEM Chego Junto Chego Bem* em 2012, acompanhados de uma série de ações para o fortalecimento do protagonismo citadas anteriormente neste projeto, conseguimos observar no gráfico 1 o quantitativo absoluto de estudantes aprovados historicamente desde o início das ações de fortalecimento das 23 regionais do estado.

Gráfico 1: Série Histórica dos alunos da rede pública estadual aprovados no ENEM (2012-2020)

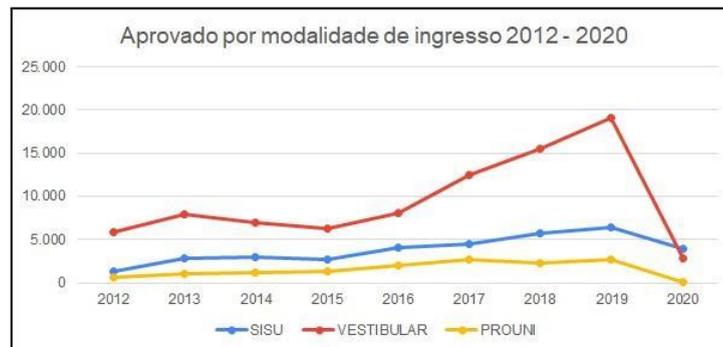


Fonte: Elaboração própria (2021)

Coletando dados da série histórica dos resultados de aprovação da SEDUC, podemos observar que houve um crescimento ascendente de 2012 em diante, com estudantes

ingressando em vestibulares locais, aprovados no SISU e conseguindo adentrar nas universidades particulares por meio do PROUNI conforme podemos observar no gráfico 2.

Gráfico 2: Quantidade de estudantes aprovados por tipo de ingresso: SISU, Vestibular ou PROUNI (2012-2020)

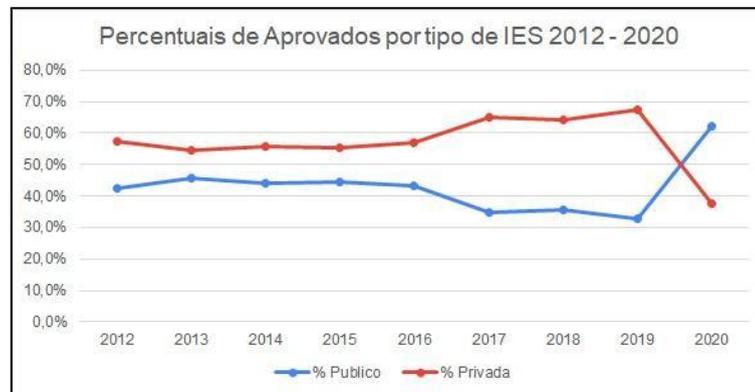


Fonte: Elaboração própria (2021)

Desde a metade do século XX, inúmeras expectativas foram postas na universalização da escolarização. Além do avanço democrático que esse fenômeno representa, dois outros efeitos importantes foram conscientemente buscados por aqueles que batalharam pela universalização da escolaridade. A escola, quando cumpre o seu papel social, comprova os pressupostos defendidos por Crahay (2013), que afirma que “[...] Não podemos conceber a finalidade da escola num vazio sociológico”. O Brasil é composto por um regime republicano e a forma de organização é a federativa, pois, segundo o Artigo 1º do texto constitucional, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1988).

O acesso à educação superior como uma política de continuidade do direito à educação garantido na Constituição Federal para os alunos mais vulneráveis, fortalece o conceito de que a escola deve contribuir para a distribuição de papéis e de posições na sociedade. O ingresso desses alunos tem uma proposta clara: trata-se de assegurar a igualdade de tratamento no nível da educação básica e a igualdade de oportunidades para continuidade no ensino superior, em seguida. A justiça igualitária, que exige que cada um receba o mesmo que o outro, é satisfeita no primeiro nível da escolaridade; a partir do momento em que é oferecido a todos, indistintamente, a mesma educação. Conseguimos observar essa promoção de oportunidades divididas em universidades públicas ou faculdades particulares no gráfico 3.

Gráfico 3: Percentuais de acesso dos estudantes em IES públicas e privadas (2012-2020)



Fonte: Elaboração própria (2021)

Contamos, ainda, com um recente movimento de acolhimento e integração desses alunos vulneráveis nas Instituições de Ensino Superior do estado do Ceará, pactuando metas e ações cujo principal objetivo é dirimir a evasão e o abandono desses alunos de educação básica por meio de política de cotas e assistencialismo estudantil.

Em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, após uma porcentagem recorde de abstenção de 55,3% de estudantes, o ENEM 2020 entra para a história como a edição que mais evidenciou as desigualdades entre estudantes. Mais de três milhões de candidatos faltaram à aplicação da prova, que foi classificada pelo ex-presidente do Inep como desastrosa e excludente para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, já que eles não poderão utilizar as notas para ingressar no ensino superior. A decisão de realizar o ENEM pelo Ministério da Educação em meio à alta de casos de covid-19 no Brasil foi uma situação do tipo perde-perde. Segundo o ex-presidente do Inep, José Francisco Soares (apud STARLLES, 2021), “[...] De um lado há o risco, que não é nulo, de transmissão. De outro, há o impacto na vida dos estudantes que estão se preparando há meses para uma data anunciada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da discussão aqui exposta, procuramos destacar a importância das iniciativas da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, ações estas de protagonismo e fortalecimento da aprendizagem dos estudantes de escolas públicas, na ampliação do acesso destes jovens ao ensino superior.



Embora esta pesquisa ainda esteja em andamento, já é possível constatar, através de análises prévias, que a iniciativa *ENEM Chego Junto Chego Bem*, ao mobilizar os estudantes a se prepararem para o Exame Nacional do Ensino Médio, foi responsável por possibilitar a milhares de estudantes o ingresso em uma universidade pública, impactando positivamente na vida estudantil e acadêmica destes jovens. Além disso, observamos que a pandemia do novo coronavírus impossibilitou a execução não só de algumas das etapas dessa ação em específico, mas também de outras ações realizadas pela SEDUC, evidenciando ainda mais as desigualdades entre os estudantes, o que pode ser comprovado através do alto índice de desistência no ENEM de 2020. Dessa forma, mostra-se de extrema importância que as Secretarias da Educação busquem investigar e mapear os motivos que afastam os estudantes do ensino superior para que posteriormente possam desenvolver políticas públicas que assegurem não só o ingresso, como também a permanência desses estudantes na universidade.

Longe de esgotarmos o tema proposto, esperamos que as questões aqui suscitadas encorajem outros pesquisadores a se aprofundarem no assunto, de forma a evidenciar ainda mais a importância da implementação de políticas públicas que assegurem o acesso e permanência dos alunos de escola pública no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- CEARÁ, *Enem Chego junto chego bem*. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/2018/01/01/enem-chego-junto-chego-bem>>. Acesso em: 22/05/2021.
- CEARÁ, LEI N. 16.025, DE 30.05.16. Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação. 2016.
- CRAHAY, M. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? *Cadernos Cenpec*, v. 3, n. 1, p. 9-40, jun. 2013.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL, ENEM - *Documento básico 2002*. Brasília: Inep/MEC. 2002.
- BRASIL, *Lei de Cotas – Lei 12.711/2012*.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, *Plano Nacional de Educação*. 2000.
- BRASIL, *PROUNI* - Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e Lei 11.128, de 28 de junho de 2005.



FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STARLLES, Wender. Enem 2020 fracassa e evidencia desigualdades. *Guia do Estudante*, 2021. Disponível em: <

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/enem-2020-fracassa-e-evidencia-desigualdades/>>. Acesso em: 20/01/22.

TRAVITZKI, R. *ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar*. Orientação Carlota Boto. São Paulo: s.n., 2013.